

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E A EVOLUÇÃO ECONÔMICA

José Lourenço Candido*

Resumo: a ciência econômica tem-se mostrado incapaz de explicar e prever grande parte dos fenômenos econômicos, principalmente, a longo prazo. A abordagem institucionalista da economia se desenvolveu como uma alternativa à análise econômica e contra o reducionismo e o liberalismo da análise neoclássica do *mainstream*, destacando a importância das instituições na vida das pessoas e, conseqüentemente, na evolução da economia. Neste ensaio, o objetivo é apresentar as ideias básicas da abordagem institucionalista e sua importância para o entendimento da evolução econômica.

Palavras-chave: Liberalismo. Institucionalismo. Evolução econômica.

Abstract: The Economic Science has been unable to explain and predict a large part of economic phenomena, especially in the long term. The institutionalist approach to economics developed as an alternative economic analysis and against reductionism and liberalism mainstream neoclassical analysis, highlighting the importance of institutions in people's lives and consequently on the economy. Our aim in this essay is to present the basic ideas of Institutional approach and its importance to the economic evolution.

Keywords: Liberalism. Institutionalism. Economic Evolution.

1 Introdução

Uma das grandes críticas que os institucionalistas fazem ao *mainstream economics* é a incapacidade que a teoria neoclássica tem de explicar mudanças no ambiente econômico e suas implicações para o desenvolvimento econômico (HODGSON, 2006). Esta rigidez teórica decorre, principalmente, do reducionismo que foi imposto à teoria, a qual simplifica a economia a um nível tal que não permite a inclusão de entidades como as instituições como elemento importante na compreensão do processo da vida.

Assim, neste breve ensaio, pretendemos apresentar as ideias básicas da abordagem institucionalista em contraposição ao reducionismo neoclássico e suas implicações para a evolução econômica.

Inicialmente, tratamos da discussão sobre o papel das preferências na construção das Instituições e vice-versa; em seguida, na seção 3, mostramos o entendimento dos institucionalistas acerca da impossibilidade de a ciência econômica tradicional evoluir e explicar o mundo real de acordo com suas transformações; e, por fim, chegamos às conclusões na seção 4.

2 A Endogeneidade de Preferências e as Instituições

A ciência econômica do ramo tradicional baseada na escola neoclássica considera que as preferências dos indivíduos são endógenas -

intrínsecas ao sujeito -, de modo que todo o comportamento do indivíduo é desenvolvido segundo sua própria percepção e desejos sem influências determinantes das relações e interações sociais.

Essa é a visão do *mainstream* da Ciência Econômica, que conforma as transações econômicas como algo inerente ao homem, ou seja, que vem de sua própria natureza a inclinação a trocas, a maximizar seu bem-estar e a minimizar sua dor. Esta noção de comportamento natural é a base filosófica de sustentação dos mercados e, conseqüentemente, do liberalismo econômico.

A famosa "mão invisível" de Adam Smith (1983) utiliza esse recurso para justificar o livre-mercado como forma natural das relações econômicas, de modo que, uma vez que fosse oferecido à humanidade a possibilidade de exercitar plenamente seu espírito egoísta, cada um estaria dando o máximo de si, repercutindo sobre a sociedade a maximização do seu bem-estar.

Para que cada um pudesse se empenhar ao máximo, a condição *sine qua non* é a garantia da livre iniciativa, ou seja, de um mercado onde as trocas de bens e serviços poderiam ser realizadas, como no contexto neoclássico, quando ainda havia um grande número de pequenos negociantes e um grande número de consumidores. Smith (1983) entendeu que havia um mercado altamente competitivo onde a mão invisível poderia atuar e, dessa forma, todas as trocas vantajosas seriam

realizadas e, portanto, o alcance da maximização do bem-estar social.

A escola neoclássica pressupõe e reduz a vida das pessoas a decisões exclusivamente econômicas e o homem se torna um ser dotado de extrema racionalidade capaz de responder prontamente e exclusivamente à governança do mercado.

No entanto, as preferências individuais, que têm fontes endógenas e exógenas, parecem ter maior componente exógena na determinação do comportamento individual nas diversas atividades da vida; ou seja, o ser humano define suas preferências a partir de um conjunto de hábitos sociais, suas preferências são fortemente influenciadas ou determinadas por comportamentos incrustados na sociedade formados historicamente por interações cumulativas.

Portanto, os indivíduos estão sujeitos às instituições. As instituições são regras definidas nas mais diversas esferas da vida humana, formais ou informais, mas que representam os valores do conjunto social que o indivíduo defende e assume.

Apesar de parecer simples, a definição de instituição ainda é objeto de controvérsias dentro da própria abordagem institucionalista. Segundo Hodgson (2006, p. 2-3),

The original institutional economists, in the tradition of Thorstein Veblen and John R. Commons, understood institutions as a special type of social structure with the potential to change agents, including changes to their purposes or preferences. However, some institutionalists such as John Fagg Foster (1981,908) have misleadingly defined institutions as “prescribed patterns of correlated behavior.” Defining institutions as behavior would mislead us into presuming that institutions no longer existed if their associated behaviors were interrupted.

Não é nosso objetivo discutir a definição e a origem das instituições (endógena ou exógena), mas compreender que, de fato, as instituições têm impactos sobre as preferências individuais, moldando-as e, de alguma forma, limitando-as; de modo que, inclusive, a racionalidade é impulsionada pelas instituições e que o desejo pelo ganho individual, em grande parte, é uma imposição social.

Um empresário que desejasse apenas ter seus ganhos suficientes para sua reprodução seria engolido pelo mercado, de modo que se faz necessário seguir essa lógica mercadológica de acumulação ampliada. O caso do empresário citado por Commons (1931) também representa uma situação em que a força da instituição supera a preferência individual.

The business man who refuses or is unable to make use of the modern customs of the credit system, by refusing to accept or issue checks on solvent banks, although they are merely private arrangements and not legal tender, simply cannot continue in business by carrying on transactions. These instruments are customary tender, instead of legal tender, backed by the powerful sanctions of profit, loss and competition, which compel conformity (COMMONS, 1931, p. 650).

As instituições estão acima das organizações, as quais podem ser entendidas como instituições formais, pois, por exemplo, embora um empresário possa não aderir ao sistema de pagamentos ou crédito, ao fazê-lo, coloca-se à margem das transações comerciais, as quais têm por norma a realização com intermediação do sistema bancário, que fatalmente o excluirá da realização de ganhos; de modo que se trata de uma imposição social independentemente das preferências do empresário, não importando o juízo de valor das vantagens ou desvantagens relevantes da opção pelo sistema de pagamentos ou de créditos (COMMONS, 1931).

Certamente, um comerciante em um lugarejo afastado dos grandes centros urbanos poderia não fazer uso de um sistema bancário e adotar o seu próprio sistema de controle de vendas, como ainda acontece em algumas localidades no Brasil, pois, nesses casos, a instituição da “caderneta” ou “caderninho” ainda é predominante sobre o sistema bancário. Nesse sistema, o comerciante anota o valor da compra e o consumidor se compromete moralmente, ao final de cada mês, ressarcir-lo.

The individual motivations and preferences cannot be understood without reference to the institutional context which partly shapes and defines them. Economic behaviour is thus acquired. If men are generous in one place and egoistic in another it is not the supposed human nature that differs but the social organization (RODRIGUES, 2004, p. 192)

O liberalismo é a base intelectual para o funcionamento do mercado autorregulado, mas, contraditoriamente, os mercados precisam da construção de instituições para o seu funcionamento, como o dinheiro, o trabalho como mercadoria e a terra, considerados como mercadorias fictícias, ou seja, essencialmente não são mercadorias, mas se faz necessário o ativismo estatal para assim caracterizá-las e dar sustentação às transações econômicas.

O surgimento do mercado de trabalho caracteriza esse ativismo estatal, pois não era uma norma, ou regra social, as pessoas venderem sua capacidade laborativa como única forma de sobrevivência, idilicamente chamados de trabalhadores livres.

Além disso, foi, e é necessária a participação

do estado na criação de forças repressivas que garantissem o pleno funcionamento do mercado de trabalho, como a criação e o desenvolvimento de um arcabouço jurídico que garante um conjunto de direitos aos empregadores, inclusive o de propriedade (RODRIGUES, 2004).

À medida que essa relação capitalista se institucionaliza, uma série de contra movimentos também se desenvolvem como tentativa de defesa dos direitos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, o estado também faz crescer seu aparato de repressão contra tais forças como forma de manter tais instituições no formato adequado aos interesses dos empregadores, os quais são os mais diversificados, levando em consideração o tempo e o espaço.

Portanto, o ideário do liberalismo econômico é fortemente rejeitado pela abordagem institucionalista, uma vez que o próprio mercado necessita da intervenção estatal para manter a coerção aos indivíduos em favor do pleno funcionamento do mercado; ou seja, a economia não é inseparável do direito, da moral e da política, os quais estão incrustados na vida econômica.

3 A abordagem institucional e a ciência econômica não evolucionária

Pela abordagem institucional, a economia não funciona em uma esfera autônoma, livre da influência dos conflitos e hábitos sociais; e sim recebe forte influência dessas regras sociais.

As instituições contam, portanto. Esta expressão, cara a todos os institucionalistas, pretende significar que o modo como um país ou uma região se estrutura e posiciona num contexto mais amplo – o seu desempenho competitivo – não é apenas o resultado dos recursos ou da tecnologia de que dispõe ou da sua dimensão (REIS, 2009, p. 8).

O reducionismo neoclássico tem outras implicações sobre a própria ciência econômica, pois a não absorção de outros elementos institucionais nos modelos de descrição da economia que se proclama de economia pura relega-a a uma capacidade descritiva de fenômenos passados, tornando os modelos limitados e pouco explicativos das realidades nos seus diversos aspectos de tempo e espaço (REIS, 2009).

A teoria econômica reduz o significado do crescimento econômico à uma função de produção que combina apenas dois fatores de produção - capital e trabalho - relegando a simples resíduos uma série de elementos como tecnologia, organização e capacidades, as quais tornam as combinações de trabalho e capital mais qualitativas

e que dão mais substância à explicação da evolução econômica. Essa exclusão dá à ciência econômica um caráter determinista e, portanto, pouco útil para explicar a evolução econômica (REIS, 2009).

A abordagem institucionalista fornece uma visão mais complexa acerca do entendimento da economia, pois considera as instituições como fundamentos para a evolução econômica guiando as ações humanas.

Na linha mais recente do novo institucionalismo, R. Coase (1937) vê a empresa como uma instituição que evolui de acordo com idiossincrasias empresariais, mas surge justamente devido aos custos de transação significativos. Na visão tradicionalista, os custos de transação envolvidos nos mercados de qualquer natureza eram zero ou insignificantes e a empresa era confundida com o próprio empresário maximizador de lucros; no entanto, a realidade mostrou a importância dos custos de transação relacionados a diversos comportamentos humanos não previstos pelos modelos econômicos e o comportamento empresarial idiossincrático.

Segundo T. Veblen (1898), a economia não é uma ciência evolucionária. Isto porque não consegue abordar os processos cumulativos da sociedade que formam as instituições; portanto, não descreve as leis de causalidade que geram esses processos, o que a tornaria uma ciência evolucionária.

A ciência não evolucionária não se capacita a perceber nem a explicar mudanças como o fordismo e, posteriormente, o toyotismo e todo um paradigma econômico vinculado a cada um deles. O fordismo é reconhecidamente um ponto de tensão que rompe com as ideias anteriores, pois considerava a produção em massa e bons salários pagos aos seus trabalhadores como formas de alavancar a economia.

Na verdade, é uma mudança organizacional que rompe com a forma de ver a produção capitalista em processo anterior desenvolvendo uma nova instituição, uma nova forma de ver a empresa que se espalhou pela economia.

As faces e facetas do capitalismo são tão diversos quanto os contextos temporal e espacial em que o mesmo pode surgir. Segundo Bresser-Pereira (2012), a formação e evolução da economia ocorrem historicamente de forma cumulativa, ou seja, a partir das experiências coletivas dos indivíduos que se somam às novas experiências

que geram mudanças e um novo paradigma institucional.

A evolução da economia também é localizada. Certamente, a posição geográfica gera a identidade de um povo, de uma cultura e de uma nação que pode, ao se somarem, levar os agentes a trabalhar de forma cooperativa, determinando uma estratégia específica para aquele contexto socioeconômico.

Conforme Bresser-Pereira (2006), a estratégia nacional de desenvolvimento é uma instituição porque envolve os indivíduos em torno de um objetivo comum determinado pelo próprio coletivo, que, segundo North (2005), limita-os, mas, simultaneamente, promove o coletivo a um novo patamar de organização. Assim, as instituições têm um papel claro: o papel de moldar a evolução social, pois promovem as interações dos indivíduos através do conhecimento.

As instituições ajudam os indivíduos a tomarem decisões na presença de custos de transação significativos, externalidades e informação assimétrica, na medida em que apontam para uma governação baseada em “acordos” sociais, regras ou normas tácitas, não necessariamente econômicas, mas também éticas, políticas ou culturais.

4 Conclusão

Conforme vimos em Rodrigues (2004), com base em Polanyi, a ideia ortodoxa de que as transações econômicas são preferências inerentes ao homem não se sustentam devido à necessidade de instituições para colocar em funcionamento a máquina do mercado. Como a formação e o desenvolvimento das instituições se devem ao contexto espacial, temporal e cultural, o desenvolvimento do capitalismo assumiu diversas aparências e em nenhuma delas se observou a face do sistema de produção apresentado no rigor da teoria neoclássica; portanto, a governação de mercado não é única, não é pura.

A crítica que se faz à teoria tradicional ataca essa noção de ciência natural. A ciência natural prescinde de que sua menor partícula tenha comportamento previsível para qualquer modificação no ambiente, pois, como nas células (da biologia) ou no átomo (da física), é possível entender e prever a dinâmica de ajustamento a partir de diversos incentivos externos.

Diferente dessas ciências, a economia trabalha com o ser humano, um elemento complexo afeito a diversos comportamentos, muitos, inclusive,

irracionais, e, por isso, praticamente imprevisível.

Portanto, a base analítica da economia não encontra os mesmos pré-requisitos das ciências ditas naturais ou exatas e que, enfim, não pode prescindir de uma compreensão sociológica, histórica e filosófica como fundamentação à abordagem econômica. Ou seja, a governação deve ser definida a partir do estudo das instituições sociais que permeiam um determinado grupo social; é fundamental para atuar de forma a não elevar os conflitos sociais incrustados naquele grupo. Destarte, o entendimento da evolução da economia deve passar também pelo entendimento da evolução das instituições, dos elementos de que formam e condicionam as relações interativas sociais para o cotidiano ●

Referências

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Why economics should be a modest and reasonable science. *Journal of Economic Issues*, Salisbury, v. XLVI, n. 2, p. 291-301, jan. 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia nacional e desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 203-230, abr.-jun. 2006.
- COASE, R. H. The nature of firm. *Economica*, London, v. 4, n. 16, p. 386-405, Nov. 1937.
- COMMONS, J. R. Institutional economics. *American Economics Review*, Pittsburgh, v. 21, p. 648-657, 1931.
- HODGSON, G. What are institutions? *Journal of Economic Issues*, v. XL, n. 1, p. 1-25, 2006.
- NORTH, D. C. *Understanding the process of economic change*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2005.
- REIS, J. *Ensaio de economia impura*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2009.
- RODRIGUES, J. Endogenous preferences and embeddedness: a reappraisal de Karl Polanyi. *Journal of Economic Issues*, v. XXXVIII, n. 1, p. 180-192, Mar. 2004.
- SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- VEBLEN, Thorstein. Why is economics not an evolutionary science? *The Quarterly Journal of Economics*, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898.

* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Campina Grande, doutorando em Governação, Conhecimento e Inovação na Universidade de Coimbra-Portugal.